



Ministério Público - Procuradoria da República da Comarca de Lisboa
Núcleo de Propositura de Ações de Lisboa

Palácio da Justiça, Rua Marquês de Fronteira
1098-001 Lisboa

Telef: 213846400 Fax: 213878036 Mail: lisboa.civel.ministeriopublico@tribunais.org.pt

Proc. Administrativo (Legalidade de Estatutos)

Importa analisar as alterações introduzidas aos estatutos da associação "*Núcleo de Estudos Luso - Brasileiros NELB*", efectuadas por escritura pública a 24 DE Junho de 2022, à luz das normas imperativas do Código Civil para as pessoas colectivas em geral e para as associações em particular (artigos 157º e seguintes e 167º e seguintes). Assim, verifica-se que a finalidade da associação encontra-se dentro dos limites legais e os seus fins não contrariam a ordem e a moral pública, estando especificada a sede, a denominação, a duração, os bens e serviços com que os associados concorrem para o património social, bem assim o funcionamento dos seus órgãos;

Porém, constata-se que algumas das normas estatutárias em causa não estão conformes às normas imperativas que regem sobre a matéria.

Vejamos.

1.

Resulta do artigo 23.º que *«1. A Assembleia Geral é convocada por seu Presidente »*.

Ora, nos termos do artigo 173.º n.º 1 do Código Civil "*A assembleia deve ser convocada pela administração nas circunstâncias fixadas pelos estatutos e, em qualquer caso, uma vez em cada ano para aprovação do balanço.*"

Assim, resulta do referido normativo legal que a assembleia é convocada pela administração, e não pelo presidente da Assembleia Geral.

Ainda assim, admitindo que ao presidente da assembleia poderia advir a competência para tal convocação, esse entendimento parece ter sido afastado pelo legislador quando confrontamos a redacção deste artigo com o artigo 171.º n.º 1 do Código Civil.

Dispõe este último que o conselho fiscal pode ser convocado pelo respectivo presidente.



Ministério Público - Procuradoria da República da Comarca de Lisboa
Núcleo de Propositura de Ações de Lisboa

Palácio da Justiça, Rua Marquês de Fronteira
1098-001 Lisboa

Telef: 213846400 Fax: 213878036 Mail: lisboa.civel.ministeriopublico@tribunais.org.pt

Proc. Administrativo (Legalidade de Estatutos)

Somos assim de concluir que face à diferente redacção dos normativos, a diferença nas convocações foi algo pretendido pelo próprio legislador.

Pelo exposto, importa, pois, suprimir a referida exigência, tendo em conta o supraexposto.

*

2.

Neste mesmo artigo 23.º, no seu nº 6 "*A Assembleia Geral é convocada com antecedência mínima de cinco dias ou, com urgência, no prazo de 48 horas, quando tal se torem necessário para assegurar o regular funcionamento do NELB*"- e no seu nº 7 - "*Em todo caso, a convocação se fará mediante ampla publicidade nos meios próprios, nos termos do Regimento interno, sendo indicados a data, hora, o local e a ordem do dia*".

Taas normas estatutárias contendem com o preceituado no artigo 174º, nº 1 do Código Civil, dado que esta disposição legal exige expressamente que a convocação da Assembleia geral seja efectuada a antecedência mínima de 8 dias e por meio de aviso postal, não se conformando, assim, com outra forma menos eficaz, e de carácter genérico como é o caso do comunicado público.

*

3.

Também se encontra plasmada no artigo 25.º quanto à questão de deliberação, no seu nº 3 - "*Salvo nos casos previstos, as deliberações da Assembleia Geral e dos demais órgãos .. são tomadas à pluralidade dos votos, não contando as abstenções para a apuração da maioria*", o que viola claramente o disposto, desde logo, no nº 2 do artigo 175.º do Código Civil, que impõe que as deliberações da Assembleia Geral, com excepção das referentes nos números seguintes deste artigo, sejam tomadas por maioria absoluta dos votos dos associados presentes



Ministério Público - Procuradoria da República da Comarca de Lisboa

Núcleo de Propositura de Ações de Lisboa

Palácio da Justiça, Rua Marquês de Fronteira

1098-001 Lisboa

Telef: 213846400 Fax: 213878036 Mail: lisboa.civel.ministeriopublico@tribunais.org.pt

Proc. Administrativo (Legalidade de Estatutos)

Nos termos do n.º 5 do referido artigo 175.º, as normas previstas neste artigo são imperativas, uma vez os estatutos apenas podem exigir um número de votos superior (e não inferior) ao fixado nestas regras.

*

4.

Por outro lado o artigo 86.º n.º 1 dispõe ainda que “*As alterações ao Estatuto são aprovadas por maioria de dois terços dos presentes,*”

Ora este preceito viola o n.º 3 do artigo 175.º, que impõe que as deliberações sobre as alterações dos estatutos exigem o voto favorável de três quartos do número de associados presentes.

Nos termos do n.º 5 do referido artigo 175.º, as normas previstas neste artigo são imperativas, uma vez os estatutos apenas podem exigir um número de votos superior (e não inferior) ao fixado nestas regras.

*

5.º

Também o disposto no artigo 90.º n.º 1 ao dispor “*A Associação poderá ser extinta por deliberação dos associados, a qualquer tempo, por maioria de dois terços dos presentes,*”

Viola claramente o disposto no n.º 4 do Artº 175.º do aludido diploma legal que impõe que as deliberações sobre a dissolução requerem o voto favorável de três quartos do número de todos os associados.

Nos termos do n.º 5 do referido artigo 175.º, as normas previstas neste artigo são imperativas, uma vez os estatutos apenas podem exigir um número de votos superior (e não inferior) ao fixado nestas regras.

*

6.º



Ministério Público - Procuradoria da República da Comarca de Lisboa
Núcleo de Propositura de Ações de Lisboa

Palácio da Justiça, Rua Marquês de Fronteira
1098-001 Lisboa
Telef: 213846400 Fax: 213878036 Mail: lisboa.civel.ministeriopublico@tribunais.org.pt

Proc. Administrativo (Legalidade de Estatutos)

Por fim , quanto á composição do órgão de direção, a quem compete a administração e representação da Associação é referido na sua composição funcional - artigo 29.º que é tal órgão é composto por um número não fixo de elementos .

Tal norma permite que o número de elementos que compõem a Direcção possa ser de 9 ou mais, e consequentemente, que o número de elementos que integram o referido órgão social possa ser par. Pelo que contende com o preceituado no artigo 162º do Código Civil, que estatui que os órgãos sociais devem ser constituídos por um número ímpar de titulares.

Ora, as irregularidades acima mencionadas determinam a nulidade por violação de preceitos legais de natureza imperativa – artigos 280º, 294º e 295º do Código Civil.

Assim, com cópia do presente despacho, notifique a associação para que, no prazo de 20 dias, informe se está na disposição de rectificar os seus estatutos, de forma a expurgá-lo do vício assinalado, evitando, deste modo, que o Ministério Público venha a propor a acção declarativa de nulidade prevista no artigo 158º-A do Código Civil.

Lisboa , 27.09.2022

(membro do júri nas provas orais de acesso ao 39.º Curso do CEJ tal como determinado pelo CSMP e publicado em Diário da República 2ª Série, do dia 27 de Julho de 2022. As provas orais ocorreram entre os dias 19 e 26 de Setembro de 2022)